

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

nº 139 - Outubro de 1977 - CR\$ 1.00

Os 60 anos da
Revolução
de Outubro

(pags 4 e 5)

Editorial

INSTABILIDADE E PERIGOS DE UM REGIME QUE TEM MEDO DA NAÇÃO

Treze anos e meio depois, eis o ponto a que chegamos. Uma crise aguda estava em marcha, uma conspiração ultrista estava em curso e a Nação não podia senão suspeitar que havia problemas. Acordamos e, pelo rádio, ficamos sabendo que as duas figuras mais importantes do regime haviam entrado em choque aberto, e que, pela primeira vez desde a instalação da ditadura, o Ministro do Exército saía derrotado do confronto. Perdera uma batalha e, desafiadoramente, conclamava à exacerbação da guerra.

Há muito vimos apontando a instabilidade deste regime, que se irradia perigosamente pelo tecido da vida nacional, mas, frente aos fatos, não podemos deixar de reconhecer que o grau desta instabilidade chega a ser espantoso. O país vê seus destinos submetidos ao risco de aventuras, do embate de interesses escusos e ambições inconfessáveis. E compreendemos, mais uma vez, que o fim desta instabilidade terá de ser obra nossa, da maioria dos brasileiros, ou não será. A exclusão do povo dos processos decisórios é que nos levou a uma tal situação.

Pela primeira vez, desde o golpe de abril, uma crise entre o ditador e o Ministro do Exército se resolve nesta direção. A que atribuir isto? Não é difícil: o regime precisa fazer um acordo com as forças políticas; Sílvio Frota e o que ele representa estão no meio do caminho. Mas por que tal acordo é necessário?

Porque o povo brasileiro, golpeado em 1964 e depois, nunca foi conquistado para o apoio a seus inimigos, nem, o que seria menos, efetivamente silenciado. Resistiu. Ao golpe de abril, resistiu-se sempre, com a consciência que se tinha, com a força e os meios de que se dispunha.

O vigor da manifestação antiditatorial das eleições de 1974 dá conta, se outros indicadores não houvesse, do enraizamento da consciência e da prática da resistência, nas águas profundas da Nação. Ganhando confiança em si mesmas, as massas, ainda carentes de organização, empurram agora um sistema inteiro de resistência ao fascismo. Dia após dia, engrossam-se as fileiras da oposição aberta, do descontentamento, da simples inquietação.

O regime, que desde o início do atual mandato ditatorial já compreendera a inviabilidade de sua manutenção pela pura força das armas, é presa do próprio círculo infernal que criou. As promessas não cumpridas de «abertura» seguem-se, entremeadas em espasmos de brutal repressão, em todos os planos.

A demissão do general Frota não é um mero episódio da «sucessão»: mais do que isto, trata-se do confronto, que vai continuar, entre duas propostas reacionárias para a solução da crise.

Uma, destinada a agravá-la ainda mais, sob a égide da «segurança» fascista. Outra, objetivando diluí-la e apenas capaz de prolongar sua duração histórica.

Mas estas duas propostas — e aí temos a prefiguração do futuro — se apresentam face a uma terceira proposta, aquela que a Nação faz, aquela que interessa ao povo. Deste ponto de vista, o que o campo da democracia já conseguiu é alentador, estimulante.

As Forças Armadas, e isto pode ser muito perigoso (nunca fomos adeptos do «quanto pior, melhor»), chegaram a uma situação política mais caótica, passando de palco de disputas nascidas de apetites pelo poder a campo de confronto das diferentes propostas para o futuro do regime, e até, ainda em tímida escala, para o seu fim. Como descobre o diabo do conto célebre, o manto da seda tem franja de algodão. As classes dominantes, extremamente inquietas com a instabilidade de seu regime, revelada no episódio, apelam, novamente, para a unidade dos militares na defesa dos interesses minoritários nacionais e estrangeiros a que esta ditadura serve. Nós outros não podemos, em contrapartida, cifrar nossas esperanças na divisão pura e simples dos militares, atrelando nosso carro a esta ou àquela ala. Ao contrário: temos de lutar, paciente e persistentemente, para que, sob o influxo da unidade do povo pela democracia, formese nas Forças Armadas um consenso majoritário em torno da alternativa que interessa ao conjunto dos brasileiros, à Nação — e, conseqüentemente, à maioria dos militares.

Ao campo da democracia cabe, e com redobrado empenho, continuar bebendo nas fontes de sua própria força: a participação das massas no processo. As lutas reivindicatórias devem seguir seu curso, engendrando as condições para a organização das massas em cada local e, sucessivamente, em instâncias mais gerais. Assim também as grandes campanhas nacionais. E de tal forma que todas as águas confluem para o caudal da Constituinte, e não por razões de simples tática, mas porque a convocação duma Assembléia Nacional Constituinte é a proposta mais lúcida, mais concreta, mais realista para pôr fim a este regime que, tendo cada vez menos adeptos, ainda não perdeu sua força.

No horizonte visível da vida política nacional, quaisquer manobras visando à não realização das eleições em 1978, liguem-se ou não a uma possível tentativa de prorrogação da permanência do atual ditador no poder, devem encontrar a mais firme oposição. As eleições de 1978, não é segredo para ninguém, são a próxima grande encruzilhada no caminho da ditadura.

Altos Comandos, conjunto das Forças Armadas e a Democracia



A presença militar na vida política brasileira é, hoje, uma das questões centrais que a luta contra o fascismo coloca para as correntes empenhadas na redemocratização de nosso País. E o problema aumenta de complexidade se consideramos que, desde 1964, as Forças Armadas vêm sendo o principal instrumento de sustentação de um regime que, por sua natureza repressiva e reacionária, tornou-se odioso aos olhos da grande maioria da Nação.

Mas, e aí talvez se situe o ponto de partida para um melhor equacionamento da questão, será correto considerar as Forças Armadas brasileiras como uma instituição perdida para o campo de forças democrático? E, indo mais além do momento presente, será possível conceber a democracia brasileira como algo a ser construído à margem da instituição militar? Em outras palavras, as relações entre um Estado democrático no Brasil e as Forças Armadas devem necessariamente pressupor uma completa marginalização ou apolitismo do elemento militar?

Fugindo das soluções simplistas, parece-nos que é na análise dos mecanismos de que se vale o regime para assegurar a sustentação militar de que dispõe, que poderão ser encontradas as respostas para alguns dos problemas levantados. O conjunto das forças que se batem pela democracia no Brasil precisa, e a curto prazo, produzir esta análise e, a partir dela, fixar alguns pontos que possibilitem a aplicação de uma justa política militar.

Comecemos por uma questão que deve estar presente na consciência de milhares de oficiais e soldados: qual é o balanço de treze anos e meio de um regime que sempre afirmou a posição privilegiada das Forças Armadas como seu instrumento básico de sustentação? Não se trata aqui, evidentemente, de examinar item por item, de maneira promenorizada, a realidade brasileira. Trata-se, isto sim, de constatar que o regime imposto ao País desde 1964 é um regime desacreditado, que se choca com as parcelas mais significativas da sociedade brasileira, e cuja demagogia não consegue esconder a brutal e injusta soma de sacrifícios impostos ao povo. É um regime isolado, separado da grande maioria da população.

É mais do que evidente que este fenômeno repercutiu, e de maneira intensa, no

quadro das relações entre as Forças Armadas e o restante da sociedade. De certa maneira, isto foi intencional. O regime que se instalou no Brasil em 1964 procurou propositalmente separar a corporação militar das correntes de opinião que atravessam a sociedade brasileira; mas esta separação aumentou na medida mesma em que o regime foi perdendo substância e acentuando seu isolamento. E cabe perguntar: esta situação interessa ao conjunto das Forças Armadas, ou somente à uma fração delas, no caso o Alto Comando e os órgãos que formam o sistema repressivo no Brasil?

Colocar as Forças Armadas em contato com a vida pública brasileira é perigoso do ponto de vista dos interesses da minoria que controla o País. É perigoso porque fatalmente irão se refletir, dentro da instituição militar, os anseios democratizantes que constituem a tônica do debate político da atualidade nacional. A sobrevivência do regime ditatorial brasileiro repousa, em larga medida, na capacidade que ele tiver de manter o corpo militar, como instituição da sociedade, afastado desta mesma sociedade. E, opostamente, interessa ao conjunto das forças democráticas que as Forças Armadas tomem conhecimento, e conhecimento real, do que se passa na sociedade. Em outras palavras, de quanto o povo brasileiro quer a democracia e repudia o atual regime.

Esta separação só pode subsistir enquanto permanecerem sem contestação e sem debate os preceitos que fundamentam o monopólio do poder exercido pelo Alto Comando desde 1964. Criou-se, no Brasil, um sistema de pensamento segundo o qual caberia às Forças Armadas a tarefa salvadora de reconstrução da nacionalidade e de estímulo ao progresso material. A «irresponsabilidade» civil opôs-se, durante muito tempo, a eficiência e o «desinteresse» dos altos comandos militares, os quais, passando por cima das divergências políticas e ideológicas (que, diga-se de passagem, existem em qualquer sociedade politicamente organizada e, por isso, no Brasil) só vieram os interesses nacionais tomados no seu conjunto. Foi possível manter este tipo de colocação durante algum tempo, quando estavam sendo lançadas as bases do decantado «milagre econômico». Mas agora cabe, sem dúvida alguma, outra pergunta:

será que foi o conjunto da Nação que se beneficiou do «milagre»? Onde esteve, durante este tempo, o «desinteresse», a visão nacional dos problemas brasileiros? Isto o regime não quer, o regime não pode responder ou debater porque sabe, melhor do que ninguém, a que interesses obedeceu. E o debate político em torno de tais questões só faria provocar aquilo que ele mais teme: o afastamento entre as Forças Armadas e o regime, cuja consequência é o encontro destas Forças Armadas com as principais correntes de opinião atuantes no Brasil.

Da mesma maneira, estabeleceu-se a priori que as questões ligadas à segurança nacional constituíram assunto confidencial, reservando exclusivamente à esfera militar do País. Estranho conceito de segurança nacional este, que exclui a Nação de uma discussão que lhe interessa em todos os níveis. Esta discussão, é preciso ficar claro, não é uma discussão técnica. Ela é, ao contrário, uma discussão política, da qual não se pode proibir que as correntes de opinião e pensamento participem. O que se fez, durante muito tempo, foi apresentar sob o falso rótulo de Segurança Nacional, problemas que diziam respeito à segurança do regime. E procurou-se convencer o conjunto das Forças Armadas da coincidência entre os dois problemas, identificando-se arbitrariamente Nação e regime.

Mas seria interessante aprofundar um pouco mais este tópico, através da seguinte pergunta: as Forças Armadas, na sua totalidade, debateram esse leque de problemas, leque que se apresenta sob o título de Segurança Nacional? Ou, ao contrário, o que houve foi mais uma vez a repetição do fenômeno do monopólio da discussão a partir do Alto Comando? É mais provável que tenha sido esta e norma seguida. É mais provável que a imensa maioria dos oficiais tenha permanecido alheia não só à formulação mas também ao debate sobre os problemas ligados ao desenvolvimento global da Nação. Mais uma vez deve ter-se manifestado, de forma nítida, a distinção entre o aparelho militar do regime (Altos Comandos e os órgãos repressivos) e o conjunto das Forças Armadas.

Ninguém pode, e poucos desejam, afastar as Forças Armadas do debate sobre os grandes problemas da vida nacional. Como Partido, consideramos, como já foi dito em diversas ocasiões, que a construção da democracia requer a participação ativa das Forças Armadas brasileiras. Não consideramos razoável a existência de um regime democrático que se mantenha contra a opinião militar, ou que se baseie no apolitismo da mesma. E isto, não só pelas tensões que tal situação acarretaria, mas também pela convicção de que é possível incorporar a maioria expressiva da opinião militar ao processo democrático. Durante muito tempo, a oposição não acreditou na possibilidade de um consenso militar em torno da democracia. Tal consenso é possível, disto estamos certos. Cabe às forças democráticas, através da crítica sistemática à política do regime, através da discussão e da fixação de uma justa política militar (discussão que supõe, evidentemente, a presença dos militares), torná-lo uma realidade que só fará apressar a decomposição do regime atual e lançar as bases de uma democracia realmente estável no Brasil.

P. Gonçalves

Democracia é a referência para unir forças. E não os generais.

A sequência do episódio Geisel-Frota mantém viva a necessidade de uma atenção redobrada por parte das forças democráticas, em função de duas posições extremas que procuram se impor no debate.

A primeira surge da premissa de que, pelo fato de haver demitido o Ministro do Exército, Geisel ganha o direito de se transformar em pólo de união contra o chamado «sistema» (forma sofisticada encontrada para falar do núcleo fascista do regime), e que há que defendê-lo para que não se caia em algo ainda pior. A outra resulta do fato de, por serem os dois vinhos da mesma pipa, defensores dos mesmos interesses, não haveria porque empenhar as forças democráticas neste processo político que ganha novos contornos com tal cisão.

Uma ou outra posição nos pareceriam extremamente perigosas, na medida em que contrapõem uma conciliação oportunista ao aventureirismo ou à desmobilização de setores importantes da oposição.

Evidentemente, a ruptura entre o ditador e seu ex-principal ministro revela uma divergência profunda no seio do regime. Mas uma divergência limitada à forma de readaptar os métodos de poder diante da ascensão permanente do movimento de opinião pública que exige o estabelecimento de um clima de amplas liberdades democráticas. Frota, como bem revelou sua nota de despedida, fala por aqueles que estão comprometidos em demais com as mazelas da repressão, e que pretendem encontrar numa ainda maior radicalização do terror os instrumentos para defender os seus «postulados». Geisel, com as responsabilidades de governo, é submetido a pressões diferentes, internas e externas. E que o fazem concluir pela impossibilidade de o regime se sustentar nos quadros atuais, pois o impasse político não cessa de se agravar. E se esforça para aplicar na íntegra a frase célebre que povoou as colunas dos jornais brasileiros, desde que o «diálogo» começou a se apresentar como proposta da ditadura: «mudar tudo para não mudar nada».

Geisel representa, então, uma estratégia clara: a persistência na tentativa de dividir as forças democráticas, através de «acordos» em que só as proposições do governo têm validade, assim como o empenho máximo para esvaziar a Campanha pela Constituinte, já lançada e já legitimada pela Nação.

E na análise das forças do regime, esta é a questão-chave: elas estão unidas quando conduzem que há que barrar o caminho aos significativos progressos da oposição. Mas se dividem no momento de escolher os métodos.

Para que cheguemos a tal conclusão, seria útil voltar um pouco no tempo, e retomar alguns conceitos que invadiram o debate político nacional logo a seguir à «oposição» de Geisel, tais como a «distensão».

Naquela ocasião se chegou mesmo a cogitar que tal «política» era uma consequência lógica da consciência democrática de Geisel. E a muito poucos ocorreu que se tratava de uma manobra necessária para responder aos sinais crescentes da reativação do movimento de massas, já então manifestando que a Nação não poderia conviver muito tempo mais com a legislação de arbítrio justificada pelos novos conceitos de segurança nacional. Ou seja, o estreitamento das bases políticas da ditadura já se fazia captar por meio de alguns sinais expressivos: a Arena garantindo maioria parlamentar graças ao grande número de deputados e senadores que a oposição deixava de fazer em função da imensa quantidade de votos nulos ou brancos. Ou ainda, no setor social mais importante para as forças democráticas — a classe operária — em que um Congresso como o do CNTI, já em 1970, mesmo controlado pelos «pelegos», é obrigado a votar uma moção de condenação ao AI 5 para se garantir um mínimo de representatividade. Uma imagem de «abertura» se impunha, então, a alguns dos mais importantes estratégias do regime, como opção necessária para o período eleitoral que se avizinhava.

Mas o povo não se iludiu. E mais, avançou no seu nível de lutas compreendendo a importância de sua participação no processo eleitoral, impondo a derrota esmagadora de 1974. Derrota que, no imediato, permitiu a circulação de boatos com respeito às escaramuças que estariam ocorrendo entre Geisel e a «linha dura», como se o ditador houvesse, por sua conta e risco, assumido a paternidade da realização das eleições.

O que se seguiu tratou de restabelecer a verdade, e impedir que o retrato de «democrata pressionado» pudesse se impor. Das declarações arbitrárias à Lei Falcão, tudo foi feito para que em 1976 o fiasco não se repetisse. Em vão. O povo, mesmo sem poder ter sido mobilizado por uma campanha, reafirmou sua repulsa ao regime. Dal ao «pacote de reformas» de abril foi um passo. Era a solução mágica que garantia a vitória da ditadura no próximo ano. E Geisel apareceu, então, com sua verdadeira face diante de toda a Nação. Ameaças e cassações se alternaram com as mais baixas medidas demagógicas. Impor o medo e fazer reinar o silêncio era a tônica da tática da ditadura naquele período.

Mas com o que o regime não contou com o fato de já não estarmos mais em 1968, tempo em que a edição do AI 5 lograra implantar o ceticismo e a apatia. A ditadura e seus porta-vozes não contaram com o novo: no lugar do recuo das manifestações cada vez mais abrangentes, uma ofensiva de protesto e indignação se levantou da parte de quase todos os setores sociais. O estreitamento da base política da ditadura se tornou ainda mais evidente.

Para tal reação das forças democráticas — é muito importante recordar agora — desempenhou um papel importante a firmeza do MDB na batalha parlamentar que resultou no recesso do Congresso. A ditadura tentou impor-se pela força, a oposição respondeu pela razão. E de forma tão consequente que o remédio milagroso se transformou, em verdade, num perigoso veneno para a Arena.

Reforçada, ao invés de abatida pelas arbitranças do «pacote», a oposição fez renascer a bandeira da Constituinte que, pouco depois, se torna uma bandeira nacional unitária. A Campanha pela Constituinte e o movimento de massas se integram numa realidade incontestável, que chega à legitimação na Convenção do MDB, em setembro.

Nas suas idas e vindas, o regime se vê obrigado a reformular a sua linha — uma voz mais — em função deste fracasso do «pacote» e da ascensão do movimento de massas. É quando se retoma a manobra divisionista do «diálogo», que passa a ser contestada pela chamada «linha dura», incapaz de qualquer tipo de concessão. As divergências se radicalizam e já não podem ser mais ocultadas ou abafadas; e duplicidade de concepções (Erasmo Dias levando a violência aos limites da loucura, e Petrólio Portella visitando todo o mundo para tentar explicar) não poderia se manter muito tempo. Venceu, temporariamente, a linha da «negociação».

CONCLUSÃO

Tudo isto nos traz ao quadro atual, e às opções que se oferecem às forças democráticas.

Não há dúvida que aquilo que Frota pretendeu representar continua a desempenhar um papel decisivo na condução da política do País. E a conspiração contra as conquistas das forças democráticas que tal setor vai continuar a fomentar tem que ser denunciada permanentemente.

Mas um outro ponto tem que ficar claro: tudo o que a oposição conseguiu capitalizar em força e prestígio se deveu fundamentalmente à justeza de suas palavras-de-ordem pela democracia, materializadas na Campanha pela Constituinte, livre, realmente democrática, onde todas as correntes políticas possam participar do debate capaz de fazer a Nação encontrar o seu verdadeiro rumo de desenvolvimento numa sociedade mais justa. Esquecer tais conquistas seria decepcionar os milhões de brasileiros que já levantaram sua voz para pedir o fim do atual estado de coisas. Esquecer tais conquistas e aceitar «acordos» que somente contribuam para ajudar a ditadura a rearticular suas forças é dar ao regime as armas de que ele necessita para sua contra-ofensiva posterior.

A questão hoje não está, pois, em defender um general contra outro general, mas sim em fazer avançar um processo de lutas que conseguiu, com coragem e prudência, impor uma divisão séria no bloco até então politicamente unido.

A questão hoje está em fazer avançar a luta pela democracia, buscando a unidade sólida de todos os setores nela objetivamente interessados. É na presença e com a participação do conjunto de forças democráticas que se vai encontrar o caminho para uma saída com estabilidade do impasse político, social e econômico em que este regime mergulhou a Nação depois de já bem longos treze anos de dominação violenta.

A Constituinte e a campanha eleitoral para 1978 estão, portanto, na ordem-do-dia como fatores insubstituíveis de mobilização das massas.

M. Silva

história

Juntamente com o povo soviético, os trabalhadores do mundo inteiro e todos os povos amantes da paz festejam com entusiasmo o sexagésimo aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

São sessenta anos que assinalam na história da humanidade modificações decisivas e de proporções jamais alcançadas. Até então, nenhum acontecimento levava a tão profundas transformações, nem conseguia renovar com espírito tão humanista as bases sociais e as formas de vida da sociedade humana, como o fez a Grande Revolução Socialista de Outubro. Nenhum acontecimento fôra até então capaz de acelerar o processo histórico, como o que levou à conquista, pela primeira vez no mundo, do poder político, por operários e camponeses.

Em 7 de novembro de 1917, o proletariado da Rússia, dirigido pelo Partido de Lenin, punha fim ao domínio da burguesia e dos latifundiários numa sexta parte do mundo, marcando com isto o início de uma nova era na história universal. O proletariado chegava ao Poder, não para modificar apenas o regime da propriedade privada dos bens de produção, mas para destruir essa propriedade, não para diminuir as contradições de classe, não para melhorar a sociedade capitalista, mas para fundar uma nova sociedade. Por isto, a Revolução Socialista na Rússia converteu-se em exemplo para os operários e oprimidos do mundo inteiro.

A partir de então, adquiriu enormes proporções o movimento revolucionário nos países capitalistas mais avançados e iniciou-se a época das revoluções nacional-libertadoras nos países dominados pelo capital estrangeiro. A humanidade pôs-se em marcha para o comunismo. Entrou na época — já agora evidente para todos que querem ver e compreender o que hoje se passa no mundo — da transição do capitalismo para o socialismo.

Heroicamente defendida do cerco e das agressões imperialistas, a Grande Revolução Socialista de Outubro abriu para o povo russo e os povos nacionalmente oprimidos pelo czarismo a possibilidade de construir o primeiro Estado socialista — principal conquista do proletariado e acontecimento de profunda significação internacional. Isto tornou-se possível graças à linha revolucionária do Partido Bolchevique, traçada por Lenin em violento contraste com a orientação reformista daqueles que, deturpando o marxismo, afirmavam que a revolução socialista só poderia ter início nos países capitalistas mais avançados. «Isto não é exato» — escrevia Lenin em polémica com Rykov. E agregava: «Não se pode dizer quem começará e quem terminará (a revolução). Isto não é marxismo, é uma caricatura do marxismo». Os fatos comprovaram o acerto da orientação le-

nista, que se baseava, não na repetição do que escrevera Marx, mas na aplicação do marxismo à situação concreta então existente na Rússia — centro principal das contradições que na época abalavam o imperialismo no mundo inteiro, élo mais fraco da cadeia imperialista.

Vencendo todas as dificuldades, as extraordinárias realizações do povo soviético e a derrota, em 1945, do fascismo hitlerista e do militarismo japonês levaram ao surgimento do sistema mundial do socialismo — nova e decisiva conquista da classe operária, que trouxe profunda modificação na situação internacional, a favor da paz, da democracia e do socialismo.

As idéias do socialismo ganharam a consciência das mais amplas massas populares no mundo inteiro. Modificou-se a correlação de forças na arena internacional contra o imperialismo, que perdeu a iniciativa histórica. Na Ásia e na África, numerosos povos libertaram-se do jugo imperialista e muitos deles tomaram pelo caminho do desenvolvimento não-capitalista. Sendo de destacar a gloriosa vitória do povo vietnamita, que derrotou o imperialismo americano e avança vitoriosamente pelo caminho do socialismo. Na América Latina, o heroico povo cubano, que já constrói a sociedade socialista, serve de exemplo e de estímulo, é o farol luminoso para o qual se voltam todos os povos de América Latina e do Caribe, que lutam contra a opressão imperialista, contra a reação interna e o fascismo, contra a miséria, o atraso e a ignorância, pela independência nacional completa e pelo progresso social.

Aprofunda-se a crise geral do capitalismo — crise econômica, política, cultural e moral, crise do próprio sistema capitalista, que se faz sentir fundamentalmente para as grandes massas trabalhadoras, vítimas de todas as chagas do capitalismo. Para os explorados e oprimidos do mundo inteiro já se toma, cada dia, mais difícil ocultar o contraste entre o que se passa no mundo capitalista, de um lado, e o que acontece, de outro, com os povos que se libertaram da opressão imperialista e da exploração capitalista. Nas seis décadas decorridas a partir de 1917, a velha Rússia czarista, um país «insolitamente atrasado», como escrevia Lenin em 1913, alcançou gigantescos êxitos em todos os setores da economia nacional, em todos os campos da vida estatal, política, social e cultural. A renda nacional aumentou 65 vezes, em comparação com a anterior à Revolução. Atualmente, a produção industrial da URSS, em dois dias e meio, é igual a de todo o ano de 1913. A União Soviética corresponde a quinta parte da produção industrial mundial. Cifras que refletem a existência de uma poderosa indústria socialista com seus setores modernos de produção apetrechados com novíssimos

O 60º Aniv Grande Rev Socialista o

(seus ensinamentos e c



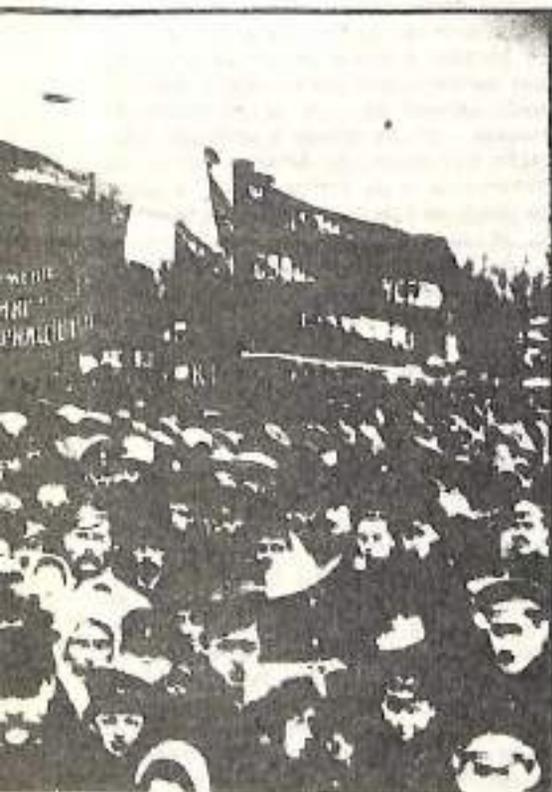
Manifestação bochevique

equipamentos, uma grande agricultura mecanizada, o crescimento incessante do bem-estar material e do nível cultural dos soviéticos. A Grande Revolução de Outubro libertou forças que permitiram ao povo soviético, graças ao trabalho abnegado da classe operária, dos camponeses, colcosianos e da intelectualidade filha do povo, transformar o país na grande po-

versário da volução de Outubro

o papel da URSS hoje)

LUIS CARLOS PRESTES



tencia industrial dos dias de hoje, cuja economia se desenvolve continuamente, livre de crises, com seu povo livre da inflação e da falta de trabalho, tendo alcançado o mais elevado nível cultural, e cuja influência na arena internacional já é hoje efetivamente predominante.

Transformações tão gigantescas não seriam possíveis sem a livre e consciente

participação do povo. Pode-se mesmo afirmar que o caminho pela Revolução de Outubro foi como que a primeira demonstração prática da indivisibilidade das idéias do socialismo e da democracia. Esta se mede fundamentalmente pela crescente e ativa participação das grandes massas populares na vida política do país. Somente um poder genuinamente popular seria capaz de mobilizar as massas para enfrentar e derrotar a todos os seus inimigos, não apenas na luta armada em defesa da Pátria, mas também para o esforço consciente em prol do crescimento econômico a altos ritmos e da elevação do nível cultural, científico e técnico da população. As transformações alcançadas neste breve período histórico de 60 anos pelo povo soviético constituem a melhor demonstração do caráter profundamente democrático do Estado soviético, da participação efetiva das grandes massas da população nos assuntos do Estado em todos os terrenos.

Mas não foi apenas na União Soviética que se fizeram sentir as mudanças trazidas pela Grande Revolução de Outubro. Como seu reflexo inevitável, modificou-se também o clima intelectual e moral para toda a humanidade. Justiça social, igualdade internacional, liberdade nacional e pessoal — todas estas idéias, pela primeira vez proclamadas pela Revolução de Outubro e pelo poder dos operários e camponeses, como indispensáveis à vida social, são hoje valores universalmente aceitos. De tal forma que a burguesia, ao mesmo tempo que trata de intensificar a campanha de colônias, de descrédito das verdadeiras transformações revolucionárias, intensificando a propaganda anticomunista e anti-soviética, se vê compelida a fazer certas concessões aos trabalhadores.

Por sua vez, a própria atividade política do Estado soviético e do Partido Comunista da União Soviética na arena internacional, desde o decreto pela paz mundial, promulgado no mesmo dia da vitória de Outubro, e sempre com base no internacionalismo proletário, constitui contribuição primordial para a luta de todos os povos contra o fascismo, o colonialismo e o imperialismo, pela democracia, a independência nacional e o progresso social.

Esta política de princípios do Estado soviético é agora claramente exposta na nova Constituição soviética, que constitui um dos acontecimentos marcantes das comemorações do 60º aniversário da Revolução de Outubro. Prescreve o artigo 28 da nova Constituição que «a política exterior da URSS se orienta a assegurar premissas internacionais favoráveis para edificar o comunismo na URSS, a fortalecer as posições do socialismo mundial, a apoiar a luta dos povos pela libertação nacional e o progresso social, a impedir as guerras de agressão

e a realizar consequentemente o princípio da coexistência pacífica de Estados com diferente regime social. Na URSS a propaganda de guerra está proibida por lei».

Após 40 anos da Constituição de 1936, a nova Lei Básica do povo soviético registra as grandes transformações que se deram no país soviético, reflete a homogeneidade alcançada pelo povo soviético, assinala a passagem do Estado do proletariado a um Estado de todo o povo, ampliando e aprofundando a democracia socialista, fundamento necessário para a construção da nova sociedade comunista.

O Partido Comunista Brasileiro, que foi fundado à luz da Revolução de Outubro, sempre teve como princípio a estreita amizade com o Partido Comunista da União Soviética e sempre soube valorizar a significação da Grande Revolução de Outubro e do papel da União Soviética no mundo de hoje. Os comunistas brasileiros, apesar das dificuldades que hoje enfrentam, na dura luta que travam contra a tirania fascista, saberão comemorar condignamente o aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, intensificando, à frente da classe operária e de todo o povo, a luta pelas liberdades democráticas, pela independência nacional e pelo progresso social. À frente das grandes massas populares, unido-as e organizando-as na frente única antifascista e patriótica, comprovaremos com orgulho nossa fidelidade à causa imortal da libertação dos trabalhadores, da paz e do progresso social, nossa fidelidade ao internacionalismo proletário e à doutrina invencível de Marx, Engels e Lenin.

Saibamos principalmente aprender com os ensinamentos, cada dia vivos e confirmados pelos fatos, nos sessenta anos decorridos, do grande feito do proletariado russo, dirigido pela sua vanguarda revolucionária e o gênio do grande Lenin. Saibamos avaliar com acerto o papel dirigente da classe operária, bem como de sua aliança com as grandes massas trabalhadoras do campo e demais camadas médias da população, como fatores indispensáveis à vitória da revolução que abriu caminho para o socialismo em nossa Pátria. Repudiando a cópia mecânica e antimarxista do processo que assegurou a vitória do proletariado em 1917, saibamos daqueles históricos acontecimentos extrair os grandes ensinamentos, as leis gerais da revolução e da construção do socialismo, e, aprofundando nosso conhecimento da realidade atual em nosso País, façamos esforços para aplicá-las, com espírito criador, seguros de que nosso povo, tendo à frente a classe operária e sua vanguarda revolucionária, há-de derrotar o fascismo e saberá encontrar o caminho que o libertará da miséria, e da opressão, levando-o à conquista da nova sociedade socialista e ao comunismo.

Mudanças na América Latina

O panorama político continental, nos últimos meses, foi agitado com a notícia de que algumas das mais cruéis ditaduras na América Latina estavam dispostas a realizar eleições e a devolver o poder aos civis. Ao mesmo tempo, a sucessão presidencial em quatro países no próximo ano (Colômbia, Costa Rica, Guatemala e Venezuela), e as recentes iniciativas da diplomacia americana no continente (assinatura do Tratado sobre o Canal do Panamá e o restabelecimento do diálogo com Cuba) concorrem para criar um quadro complexo, rico, e que poderá resultar em transformações de grande importância, a curto ou médio prazo, em alguns dos países da América Latina.

Para um certo tipo de imprensa (ou corrente de opinião), a explicação deste conjunto de fenômenos é fácil e não oferece maiores problemas: a chegada de Carter ao poder determinou profundas mudanças no comportamento do governo americano diante da América Latina e do resto do mundo, de tal maneira que Washington se transformou, subitamente, no paladino das boas causas e no centro da luta pelo restabelecimento da democracia em boa parte do nosso continente. A campanha em favor dos direitos humanos que vem sendo insistentemente apontada como um dos pilares da política de Carter seria a evidência mesma dos bons propósitos que animariam hoje os círculos dirigentes da nação americana.

A verdade, entretanto, é algo diferente desta versão. Versão que se destina, de um lado, a melhorar a imagem americana substancialmente abalada pelas crises internas e pela derrota sofrida no Vietnã, e, de outro, a dividir, se for possível, as forças democráticas e progressistas na América Latina.

Historicamente, a política americana em relação ao continente tem se desenvolvido através de dois mecanismos básicos, que se alternam no tempo: a política do «big stick» (cuja melhor tradução em português é «cacetada»), inaugurada por Teddy Roosevelt no início do século, e a política chamada de «boa vizinhança», levada a cabo por Franklin Roosevelt a partir de sua chegada ao poder em 1932. Estas duas variantes de uma mesma política que se destina no essencial à defesa dos interesses mais reacionários e antipopulares acompanharam todo o século XX. E a aplicação de uma ou outra variante sempre dependeu, em última análise, da situação real das forças sociais e políticas em choque nos diversos países da região. Podemos ver, portanto, que durante os anos 50, particularmente durante o período da Guerra

Fria, o governo americano esteve permanentemente associado a empreendimentos antidemocráticos, golpes de Estado ou qualquer outra iniciativa capaz de barrar o caminho às forças democráticas e populares dos países latino-americanos. Se a Aliança para o Progresso, inaugurada por Kennedy (1960), apareceu como um retorno à política da «boa vizinhança», principalmente em função do impacto provocado pela Revolução Cubana nas massas populares do continente, essa política não tardou a ser substituída. O apoio aberto e ilimitado às mais ferozes ditaduras militares voltou a imperar como norma durante os governos de Johnson e Nixon, épocas em que o gangsterismo foi erigido em política de Estado.

Nada há de surpreendente, pois, em que os Estados Unidos negociem com o Panamá um novo acordo que prevê o término da soberania americana sobre a Zona do Canal em 1999, e iniciem uma aproximação com a República Socialista de Cuba.

Atribuir tais fatos à boa-vontade de Carter é, simplesmente, má fé. É ignorar, e ignorar intencionalmente, que a luta contra a ocupação americana da Zona do Canal começou no dia mesmo em que um tratado injusto assegurou, por tempo ilimitado, o domínio dos Estados Unidos sobre esta Zona. É ignorar que o povo panamenho jamais aceitou esta espoliação e que grandes manifestações de massa exprimiram, ao longo do tempo, o repúdio ao ocupante estrangeiro. É não levar em conta que a questão do Canal foi, ao longo de todo este século, uma das principais bandeiras da luta que as forças progressistas travam, na América Latina, contra o imperialismo americano.

O mesmo raciocínio pode ser aplicado às relações entre Cuba e os EEUU. Durante anos, mesmo no período Kennedy, os EEUU fizeram o possível para esmagar o processo revolucionário em Cuba, indo desde a agressão militar direta até o financiamento da sabotagem e o bloqueio econômico. Mais que isso, o governo americano usou de todos os recursos à sua disposição no sentido de forçar vários governos latino-americanos a romper relações com Cuba. É evidente que se uma aproximação hoje se esboça entre Havana e Washington, isto se deve primordialmente ao fato de que não só a Revolução Cubana se mostrou um fenômeno irreversível como também que Cuba não pode mais ser ignorada e excluída do conjunto de nações. O regime cubano é hoje, para se usar uma palavra que está muito em voga no Brasil, um regime institucionalizado, fato raro na

América Latina. Mas com uma diferença central: naquele País a institucionalização se deu a favor do povo e não contra ele, o que o distingue radicalmente de certos regimes em busca de institucionalização.

Carter campeão da democracia e presidindo o fim das ditaduras militares no continente? É pouco provável. O desenvolvimento da luta política na região exigindo um reajustamento das estruturas de poder em alguns países? Isto sim, é mais provável, para não dizer quase certo.

Deixemos de lado as generalizações apressadas e as conclusões abusivas. O grau de desenvolvimento das forças produtivas e o nível de consciência das forças sociais mais diretamente engajadas na luta revolucionária não é, evidentemente, o mesmo nos diversos países latino-americanos. Desse ponto-de-vista a luta pela democracia nos países dirigidos hoje por regimes militares a serviço do imperialismo apresenta formas e processos que derivam das especificidades nacionais destes países. Uma coisa, no entanto, é certa. Os Pinochets, os Banzers, os Mendez e todos os outros ditadores que oprimem seus países sabem que não serão capazes de conter o movimento de massas, nem de reprimir a profunda aspiração que existe, na América Latina, de democracia e de justiça social, a partir de ditaduras cuja base social vem se estreitando gradativamente.

As «aberturas» e liberalizações prometidas podem variar em profundidade e extensão de um País para outro, mas elas têm este traço comum: a falência das ditaduras militares como mecanismo capaz de assegurar a penetração do capital monopolista estrangeiro e o desenvolvimento dos monopólios nacionais.

Há quem procure explicar o processo, lento e difícil, do estabelecimento da democracia como uma simples manobra das classes dominantes. Não cremos que resida aí a explicação fundamental do fenômeno. A necessidade de alargar as bases sociais dos Estados em que existem regimes militares de direita, a necessidade de incorporar outros setores, mesmo os setores políticos tradicionais, é função do desenvolvimento da luta popular e das forças mais consequentemente revolucionárias. É a sua ação que põe a nu a fragilidade das ditaduras, que cria a necessidade de novas alianças, as quais, por sua vez, irão produzir remanejamentos na esfera do poder. Enquanto é possível governar sem «aberturas» ou promessas de liberalização, enquanto a luta popular não cria a necessidade de tais alargamentos, nem o imperialismo e nem os ditadores se lembraram de prometé-las ou de executá-las. Democracia, é bom que se repita, é algo que tem a ver com o povo, e não com o imperialismo ou com as classes dominantes na América Latina.

Cidadão sem direitos

A convocação logo revogada do ex-Ministro Darcy Ribeiro para depor na Comissão de Educação do Senado Federal é uma pequena amostra das mazelas e da má consciência do regime.

Quando era possível manter tudo abafado e calar o debate sobre a realidade nacional com medidas policial-administrativas, não havia problema. Darcy Ribeiro, exilado, não contava. Pouco importava o que estivesse dizendo ou escrevendo (A Universidade Necessária, por exemplo). Os corifeus do regime ditavam cátedra.

Um dia, Darcy Ribeiro, doente, conseguiu impor sua volta à terra natal, para operar-se. As autoridades só se decidiram a deixá-lo retornar, mesmo nas condições em que se encontrava, depois que o governo dos EUA ameaçou não só recebê-lo como providenciar seu tratamento.

De regresso, operado felizmente com sucesso, Darcy Ribeiro ficou. O mutismo que lhe fora imposto foi quebrado por uma entrevista ao semanário *Pasquim*, onde depõem o educador, o antropólogo, o homem público, o intelectual, o cidadão que ele é.

Numa iniciativa mais consentânea com as novas realidades da vida brasileira, pensando no futuro que fatalmente virá, a Comissão de Educação do Senado resolve convocar todos os ex-Ministros da Educação a darem seu depoimento, e não exclui os cassados Paulo de Tarso, Lauro de Oliveira Lima e Darcy Ribeiro. Com o voto favorável do também ex-Ministro Jarbas Passarinho, arenista, militar e «revolucionário». Ficamos a pensar que não só os tempos são outros, mas que a mentalidade dos Senadores governistas estava evoluindo positivamente, e que até uma ponta de audácia insinuara-se em seu comportamento.

Doce ilusão logo desfeita. A realidade da ditadura não tardou a impor seu peso. À luz da crise Geisel-Frota, a convocação é desfeita. Darcy Ribeiro, incrédulo, certifica-se da veracidade do telegrama que recebeu e fica pensando no que fazer com a passagem de avião já comprada pelo Senado.

Algumas lições a extrair. Primeira: quando o debate é proibido, a verdade que prevalece é unilateral e opiniões outras podem ser negligenciadas. Quando certas coisas entram em movimento, porém, fica impossível deixar de ouvir certas opiniões, não só pela competência de quem as emite como por sua representatividade (Jarbas Passarinho e outros Ministros da Educação da ditadura têm na sua folha de serviços a destruição da Universidade de Brasília e graves atentados, muitos com consequências profun-

das, contra a universidade brasileira, toda a nossa Educação. Darcy Ribeiro, ao contrário, responde pela construção de universidades). Os Senadores arenistas da Comissão de Educação constataram que não podiam, ou não deveriam patrocinar um debate que seria uma farsa cênica.

Mas agora a opinião pública, os que acompanharam o episódio pela imprensa, não esquecerão que Darcy Ribeiro, mesmo aos olhos dos Senadores arenistas, tem algo a dizer neste debate. E compreenderão mais uma vez, a enésima, que, sob a ditadura, há brasileiros e brasileiros. Uns têm direito de cidadania, outros não. A Revolução Francesa vai comemorar 200 anos no fim da próxima década. A americana já os comemorou. Mas as conquistas de ambas não nos interessam. Como nos ensinou o Sr. Mendes, que se intitula presidente do Uruguai, nós, do lado de cá (Uruguai, Chile, Brasil), já resolvemos certos problemas que os países europeus ainda não resolveram. Estamos na dianteira e por isto não covivemos com certos problemas que eles têm. Darcy Ribeiro vai ter de esperar que involuamos convenientemente.

Campanha contra quem?

A campanha da *Sunab* em «defesa do contribuinte» já foi suficientemente desmoralizada pela sabedoria popular. Ela se inscreve no mesmo tipo de demagogia que norteou outras campanhas de «mobilização», onde uma quantidade incalculável de dinheiro do contribuinte é desviada para tentar criar uma imagem de popularidade do regime, que a realidade trata de desmentir a cada dia.

Há um ponto, no entanto, que merece ser destacado, ainda que se corra o risco da repetição. É o que mostra que, mesmo tentando ser popular, esta ditadura não consegue ocultar os reais interesses a que serve.

Não é, como pretende fazer pensar a campanha, o garçon do restaurante ou o pequeno comerciante do bairro quem deve ser responsabilizado pelo custo de vida insustentável para as camadas mais desfavorecidas. Estas, aliás, não frequentam restaurantes...

O garçon ou o proprietário da pequena empresa são quase tão vítimas deste regime quanto a média dos assalariados. Se se pretende combater o custo de vida, é na mudança da atual política econômica, dirigida para concentrar cada vez mais as riquezas do País nas mãos de uma minoria privilegiada que dirige os

grandes monopólios nacionais e estrangeiros, que se vai encontrar a solução. São estes os que devem ser visados em uma campanha realmente destinada à defesa da população contra os espoliadores.

Mas para que isto aconteça, seria necessário, antes de tudo, tirar os debates sobre o futuro da Nação dos corredores secretos do Palácio do Planalto, e levá-los aos plenários onde as forças sociais, no seu conjunto, estejam efetivamente representadas. Para isso, vai ser preciso mudar o regime, e estabelecer um clima onde as mais amplas liberdades democráticas nos dêem uma verdadeira imagem de grande Nação.

Verdade que se impõe

Um Nobel para o prisioneiro esquecido. Este foi o título de um artigo de página inteira publicado pelo *Jornal do Brasil* a propósito da concessão do Prêmio Nobel da Paz à Anistia Internacional, e onde se explica a tarefa fundamental dessa organização dedicada às denúncias contra a existência de presos políticos e as torturas a que estes são submetidos, principalmente em nosso continente.

Um artigo, no que nos concerne, positivo. Mas que comete, e não por erro de redação, um equívoco que não podemos permitir que se transforme em fato consumado: Luis Ignácio Maranhão, patriota e democrata respeitado até pelas mentes mais reacionárias que com ele conviveram na atividade cultural, política ou social, ex-parlamentar e membro de nosso Comitê Central, não foi libertado como pretendem fazer crer os serviços de repressão deste regime, responsáveis por seu sequestro. É falso. Luis Ignácio Maranhão, que dedicou sua vida aos interesses de nosso povo, de nossa Nação, está, na melhor das hipóteses, «desaparecido» depois das torturas desumanas a que foi submetido nos cárceres da OBAN e de outros «centros especializados».

Luis Ignácio Maranhão, assim como João Massena Melo, também citado no artigo (este como desaparecido), é um dos nossos dirigentes cujo destino ficou nas mãos dos que fazem do sequestro, tortura e assassinato de democratas os métodos de sustentação do poder atual, já rejeitado pela Nação. Mas não são somente dois os desaparecidos. Onde estão Elson Costa, Jaime Miranda, Hiram Pereira, Walter Ribeiro, Orlando Bonfim, Itair Veloso e David Capistrano? Estes o artigo não cita, mas quem leu se perguntou...

Questão em debate: as relações do artista com a atividade política

Uma das características do fascismo brasileiro consiste no fato dele não ter se apoiado num partido de massas para implantar-se. Nas condições em que foi se organizando, gradualmente, através de uma política unilateralmente imposta «de cima para baixo» (e aproveitando de maneira oportunista as taras «elitistas» da estrutura tradicional da sociedade brasileira), o fascismo, em nosso país, nunca pôde servir-se de uma ideologia claramente afirmativa ou de um conjunto de mitos semelhante ao que foi utilizado por Hitler e Mussolini. Os ideólogos do sistema se limitavam a alegar que o processo de fascistização se tornara necessário como resposta à «ameaça do caos», à «conspiração comunista internacional» ou ao «concluído dos corruptos e subversivos». A alternativa positiva proposta pelos homens que assumiram o poder a partir de 1964 nunca chegou a se concretizar, nunca foi além de uma retórica bastante abstrata em torno do «Brasil Grande» e da tese segundo a qual o «milagre econômico» (hoje inteiramente desmoralizado) abria caminho para o nosso país tornar-se, no futuro, uma «grande potência mundial».

Essa posição nunca permitiu ao regime obter êxitos notáveis na luta ideológica. Em lugar de seduzir os setores que poderiam talvez escutá-los entre os produtores de cultura, os detentores do poder preferiram recorrer a uma política de pressão direta sobre os artistas e intelectuais, ameaçando-os, intimidando-os, cesurando-lhes brutalmente no trabalho e só de vez em quando tentando envolvê-los em alguma manobra corruptora, sutil.

Mas o fascismo não trava a batalha ideológica unicamente no plano dos argumentos (compensando a fraqueza deles com a repressão pura e simples): ele se empenha também em semear a confusão na cabeça dos seus adversários. Já que não pode obter a adesão dos artistas e dos intelectuais, o regime trata de dividi-los, intrigando-os uns com os outros, fomentando rivalidades mesquinhas, aproveitando contradições pessoais, difundindo idéias negativistas ou modos de sentir capazes de «amolecer» o engajamento político dos homens de cultura que lhe fazem oposição.

Infelizmente os artistas e intelectuais, no nosso país, não estão suficientemente bem preparados para resistir a esse tipo de influência confusionista: há vários séculos, uma estrutura social retrógrada e antipopular mantém os produtores de cultura isolados do povo (na medida em que impede ao povo o acesso à herança cultural) e faz com que eles nem sempre

reconheçam o compromisso essencial que os liga à massa da população brasileira (levando-os por vezes a pensar e agir como se o mais importante fosse a aprovação por parte dos «donos» do mercado internacional). Há vários anos, por outro lado, o regime dos monopólios e dos generais «permite» (com um ar meio constrangido) que se desenvolva em alguns setores da indústria da cultura uma pseudo revolução *apolítica*, marcada por atitudes «avançadas» ao nível da modificação dos *costumes*; e já apareceu até quem pretende ser de «esquerda» e afirma que a apresentação de um cantor no palco pintado com *baton* e vestido com *sutiã* é um gesto mais «revolucionário» do que qualquer «transa» política...

Nós, comunistas, ao longo destes últimos anos, temos mostrado repetidamente como é profundo o respeito que nos inspiram os artistas e intelectuais; não nos passaria pela cabeça dizer a cada um deles o que deve fazer (e como deve fazê-lo) em sua respectiva área de trabalho. Cometemos alguns erros, no passado, mas aprendemos, na dura prática de um processo autocrítico, a apreciar toda a imensa significação da dimensão de *autonomia*, existente no processo de criação cultural. Não podemos, no entanto, renunciar à nossa responsabilidade específica como partido, não podemos nos omitir ante as tarefas da luta ideológica, na batalha cultural. Cumprimos desempenhar o nosso papel, alertando os produtores de cultura para os benefícios que o regime recolhe das divisões que fomenta e da confusão que estimula nos meios intelectuais e artísticos de vocação oposicionista.

Múltiplos são os caminhos fecundos em que pode e deve ser buscada a criação cultural (e por isso ela não comporta nenhum «dirigismo»); mas nenhuma opção criadora dispensa o intelectual ou o artista — por mais talento que ele tenha, por mais sincero que ele seja — de assumir suas responsabilidades especificamente *políticas*. A oposição, em seu esforço, para desenvolver e consolidar uma ampla frente antiditatorial, precisa dos artistas, dos homens de cultura. Mas nós, comunistas, não podemos deixar de lembrar aos artistas e aos homens de cultura em geral que *eles também precisam de uma oposição política organizada*, que deve lhes servir de bússola, para que o comportamento político deles não venha a ser instrumentalizado pela ditadura, aproveitado pela propaganda fascista.

O que dizer, por exemplo, das declarações de um importante compositor de música popular, que, diante das críticas

feitas a um companheiro seu que havia achado Geisel «simpático», veio com a seguinte «explicação»: «É que a gente é indefeso, boa praça, fala com todo mundo, diz o que pensa, o que sente? Até que ponto esse compositor — que sabe como suas atitudes e seus «exemplos» repercutem na opinião da juventude — conseguirá realmente acreditar no «álibi» da sua candura e imaginar que a *inocência* basta para legitimar um ato de apoio (objetivo) ao «sistema»? E o que dizer da conduta de um famoso cineasta que reagiu à cassação do deputado Alencar Furtado declarando: «Estou com Geisel, a democracia é relativa, absoluto só Deus?»

A própria sinceridade do nosso empenho e a paixão com que lutamos para mobilizar e organizar numa ampla frente democrática todas as energias disponíveis e todas as forças antiditatoriais exigem de nós que manifestemos nossa consternação em face de semelhantes casos. Não podemos deixar de criticar com firmeza posições que tendem a afastar da luta especificamente política espíritos que, seguramente, na hora atual, dariam o melhor deles mesmos no combate *coletivo* eficaz que já está abrindo no casco da ditadura os rombos que levarão o navio a afundar. Não podemos tolerar nem o comodismo dos omissos, nem a acomodação dos covardes, nem o pretense «maquiavelismo» dos oportunistas (que preconizam uma «infiltração» — afinal auto-diluidora — no «sistema»), nem os pronunciamentos subjetivamente talvez honestos porém objetivamente derrotistas e confusionistas que vêm sendo feitos por intelectuais de prestígio cujo lugar natural deveria ser ao nosso lado, na luta contra o fascismo, em defesa da democracia e da cultura.

Não cobramos de todos os intelectuais que tenham vocação política, que se dediquem de corpo e alma à política profissional. Mas cobramos deles que tenham consciência do fato de que, *sem um pertinaz trabalho político*, a *oposição não conseguirá derrotar a política da ditadura*. Os intelectuais e artistas que não quiserem se envolver diretamente no doloroso e necessário conflito entre as *duas políticas* — a da oposição democrática e a do regime fascista — não podem invocar «inocência» ou «maquiavelismo» para justificar tomadas de posição com as quais *objetivamente* prejudicam o nosso trabalho.

Apesar de seu proclamado «moralismo», o regime já mostrou que é capaz de tolerar a pretensa «revolução dos costumes» (de cambulhada com os lucros da indústria da pornografia); o que ele não tolera, mesmo, é um movimento político antifascista consequente, como aquele em que nós, comunistas, estamos empenhados — e para o qual convocamos todas as forças democráticas, inclusive os artistas e intelectuais. **F. Teixeira**